

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
CURSO DE FILOSOFIA

LINGUAGEM E COMPORTAMENTO ÉTICO

OSMAR RODRIGUES DOS SANTOS NETO

ANÁPOLIS – GO

2020

OSMAR RODRIGUES DOS SANTOS NETO

LINGUAGEM E COMPORTAMENTO ÉTICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito para obtenção de Licenciatura em Filosofia, sob a orientação do Prof. Ms. Tobias Dias Goulão.

ANÁPOLIS – GO

2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

OSMAR RODRIGUES DOS SANTOS NETO

LINGUAGEM E COMPORTAMENTO ÉTICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito para obtenção de Licenciatura em Filosofia, sob a orientação do Prof. Ms. Tobias Dias Goulão.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Ms. Tobias Dias Goulão

ORIENTADOR

Prof.

CONVIDADO

Prof.

CONVIDADO

RESUMO

O trabalho apresenta e faz uma análise bibliográfica abrangente do desenvolvimento da filosofia até a filosofia da linguagem na idade contemporânea em suas implicações na formação da consciência moral, mostrando os problemas gerados pela diversidade do pensar filosófico e como estes interpretam a ética e usam a linguagem. Concluindo que a fragmentariedade do pensamento contemporâneo corrobora para o relativismo moral e a dificuldade em ensinar uma conduta ética baseada na lei moral natural.

Palabras-Chave: Filosofia da linguagem. Relativismo. Moralidade. Lei moral natural.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	A FILOSOFIA DA LINGUAGEM E AS NOVAS CONCEPÇÕES ÉTICAS.....	6
2.1	A FILOSOFIA DA LINGUAGEM.....	6
2.2	FILOSOFIAS, LINGUAGENS E ÉTICAS.....	7
2.2.1	Subjetivismo individualista.....	7
2.2.2	Objetivismo abstrato.....	9
2.2.3	Linguagem como interação verbal.....	10
3	APRESENTAÇÃO FILOSÓFICA DA LINGUAGEM E DA ÉTICA.....	12
3.1	SOBRE A LINGUAGEM.....	12
3.2	SOBRE A ÉTICA.....	14
4	ANÁLISE DAS FILOSOFIAS MORAIS ATUAIS.....	18
4.1	SUBJETIVISMO INDIVIDUALISTA, MATERIALISMO E RELATIVISMO.....	18
4.2	OBJETIVISMO ABSTRATO E LÓGICA MATEMÁTICA.....	19
4.3	INTERAÇÃO VERBAL, UTILITARISMO E RELATIVISMO SOCIAL.....	20
5	APELO À REORDENAÇÃO DA MORALIDADE.....	21
6	CONCLUSÃO.....	22
	REFERÊNCIAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade percebe-se cada vez mais, que os meios midiáticos de comunicação e entretenimento revelam uma desconjuntura moral em seus telejornais e demais programas; há um visível conflito entre o pensar perene e a inovação que muitos grupos filosóficos procuram implantar hodiernamente na sociedade. E, como toda a moral é transmitida através da linguagem verbal, cabe demonstrar a sua influência na formação também da consciência da sociedade nos tempos atuais.

A partir de tais considerações, o presente trabalho tem o escopo de apresentar e fazer uma análise abrangente do desenvolvimento da filosofia até a filosofia da linguagem na idade contemporânea em suas implicações na formação da consciência moral, revelando a problemática gerada pela variedade do pensar filosófico e como interpretam a ética e usam a linguagem, por vezes, de modo prejudicial.

Todo o conteúdo do trabalho se divide em quatro capítulos presentes no desenvolvimento, que objetam demonstrar não uma análise específica, mas geral, a revelar como a linguagem e o conteúdo transmitido por ela pode ser manipulado e causar danos morais, em toda a vida social.

Na presente redação aplicou-se o método de pesquisa bibliográfica, de modo a apresentar, primeiramente, uma visão geral da realidade filosófica até a contemporaneidade e o que defendem, seguida de uma apresentação da doutrina clássica sobre a linguagem e a ética, fundadas na natureza do homem, realizando, todavia também, uma análise crítica em que se compara as correntes filosóficas com o pensar clássico. E, por fim, uma proposta de reordenação da ética.

2 A FILOSOFIA DA LINGUAGEM E AS NOVAS CONCEPÇÕES ÉTICAS

Com o advento, no período contemporâneo, de uma atenção maior no campo filosófico sobre o tema da linguagem, esta passa a ser tomada como centro da análise da relação entre o homem e a realidade, assim, com características da filosofia contemporânea, a chamada filosofia da linguagem, passa a exercer papel fundamental e influenciar na formação do próprio homem contemporâneo.

A moral e a ética, como constituintes essenciais da vida social do homem, também passam a ser analisadas a partir das diferentes concepções filosóficas que, por sua vez, influenciaram na instrução da consciência atual.

Se faz mister apresentar tais realidades, em seus diferentes modos, até os dias hodiernos, que diante de problemas éticos emergentes na sociedade atual, se faz necessário perceber até onde a concepção da linguagem influencia a uma possível solução de tais problemas.

2.1 A FILOSOFIA DA LINGUAGEM

A modernidade, com sua análise subjetiva, individualizava a visão da realidade e, conseqüentemente, fragmentava as reflexões sobre essa mesma realidade. O indivíduo ganhava uma autoridade única e passava a decidir sobre a legitimidade de seu conhecimento. Deixa-se como consequência essa desconjuntura no pensar filosófico, este, que era unitivo, passa a ser fragmentado, de acordo com cada pensador (OLIVEIRA, 1989).

A filosofia contemporânea surge a partir de uma reação filosófica contra o pensamento moderno que estava baseado na concepção racionalista e empirista de aquisição do conhecimento. E os filósofos, mais do que nunca, passam a reconhecer o papel importantíssimo da linguagem na obtenção de conhecimento por seu caráter propriamente humano.

Kant (1724-1804), com a filosofia da razão pura a respeito do conhecimento, problematiza a explicação em termos e representações que não satisfazia à necessidade de explicar como a mente pode ter acesso ao real, ou mesmo criar o real, já que trata-se de naturezas radicalmente distintas, surge, então, um confronto entre objeto e sujeito, entre o real e o abstrato (MARCONDES, 2007). A linguagem, então, surge como alternativa de explicação.

A crítica a esse projeto filosófico moderno se intensifica após as críticas de Hegel (1770-1831) e Marx (1818-1883). Hegel já aponta para a problemática da análise individual, mostrando que a consciência individual é produto de formação histórico-cultural, e Marx analisa a subjetividade paralelo a Hegel, mas de modo materialista (MARCONDES, 2007).

No fim do século XIX e no curso do século XX, a linguagem torna-se tema central da filosofia, que já outrora tomado por filósofos gregos e medievais, mas, favorecido pelo contexto da problemática realidade-homem, somente na idade contemporânea tem seu apogeu (STORIG, 2008).

O período romântico introduz às pesquisas e reflexões filológicas e filosóficas da linguagem; com o surgimento da ciência linguística, levando em consideração a diversidade das línguas além das clássicas, inicia-se uma análise comparativa e uma forte atenção ao tema das línguas (STIRIG, 2008).

No entanto, na passagem para o vigésimo milênio as correntes filosóficas, mesmo diversas, apresentam o ponto de partida de suas reflexões comumente na linguagem, desenvolvendo uma pluralidade de problemas e de princípios de solução (MARCONDES, 2007). É abordada a partir de várias perspectivas: semântica, para os neopositivistas, gnosiológica, para os hermeneutas, ontológica, para os existencialistas, social, para os marxistas e estruturalistas, e psicanalítica, para os freudianos (MONDIN, 1980).

2.2 FILOSOFIAS, LINGUAGENS E ÉTICAS

Das diferentes vertentes a respeito da filosofia da linguagem, surge filósofos que exerceram grandes influências na visão do mundo ético até os dias atuais.

Sendo, assim, desenvolvidas genericamente três correntes filosóficas da linguagem: o subjetivismo individualista, o objetivismo abstrato e a concepção de linguagem como interação verbal (RIZZO, 2011). Que, por sua vez, foram caracterizados a partir das correntes filosóficas que os influenciaram.

2.2.1 Subjetivismo individualista

Para o subjetivismo individualista a língua é o ato da fala individual e se forma a partir do psiquismo individual. Ela está sendo constantemente criada por meio desse ato

individual, segue leis providas desse psiquismo e considera a língua como produto já acabado, depósito inerte da criação linguística e criada abstratamente pelos linguistas. É representado primordialmente por W. Humboldt (1769-1859), do qual se desenvolvem diferentes correntes, chegando à chamada relatividade linguística, pelas hipóteses de Sapir (1884-1939) e Whorf (1897-1941), que melhor desenvolvem as ideias de Humboldt, tendo a língua como meio pelo qual o homem pensa, e em toda língua conteria uma visão de mundo particular (RIZZO, 2011).

A corrente materialista foi a grande influenciadora dessas ideias. Marchionni (2010) apresenta a concepção absoluta do materialismo, representado por Nietzsche e Freud, que afirmam, respectivamente, que o homem é movido ao seu suposto bem pelo instinto de poder (nihilismo e existencialismo) e pelo instinto de libido (psicanálise e hedonismo).

Por exemplo, Nietzsche (1844-1900) sendo um dos pensadores mais marcantes, critica a tradição clássica e moderna, em favor de um nihilismo e em defesa de uma filosofia afirmativa da vida (MARCONDES, 2007). Opõe-se à universalidade de conceitos, à tradição ética cristã, ao que era considerado verdadeiro e moralmente bom, intensificando um processo de individualização do pensamento, fazendo com que o estranho e o singular entrassem na filosofia (BRAGA, 2003). Valoriza a arte e toma a vontade como central na construção do super-homem, que é o homem consciente da morte de Deus e que se entrega somente à Terra e à vida.

Mortos estão todos os deuses: queremos agora que o super-homem viva.
Vejam, eu vos ensino o super-homem!
O super-homem é o sentido da Terra...
Eu vos prometo, meus irmãos, permaneçam fiéis à Terra e não acreditem
naqueles que falam de esperanças sobrenaturais! (NIETZSCHE, 1896,
apud STORIG, 2008, p.464)

Filosofias como a niilista e a psicanálise freudiana, creem que não há nada superior à razão humana particular e que a ordenaria, mas ambas partindo de uma consciência materialista afirmam que a razão humana é capaz de definir seu bem (MARCHIONNI, 2010).

Tem-se a concepção de que a ética é “o esforço autônomo de procurar princípios éticos que possibilitem ao indivíduo a sobrevivência na convivência com os outros” (MARCHIONNI, 2010, p.80), o indivíduo é exaltado no seu agir ao poder fazer o seu

próprio julgamento ético, uma vez que a visão metafísica de *ser* humano não acompanha mais o raciocinar atual. O bem é decidido a partir de uma relação consigo e com os outros, como que um consenso particular do que é bem e mal.

Quando a modernidade afirma o poder da liberdade total, surge, por consequência, o relativismo moral: “eu sou a minha lei moral” (MARCHIONNI, 2010, p.39).

2.2.2 Objetivismo abstrato

O objetivismo abstrato, por sua vez, se dedica à lógica interna do sistema de signos, a língua seria um sistema fechado e imutável e não de significação ideológica. O conjunto das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua são traços que asseguram, de acordo com essa corrente, a unidade da língua e sua compreensão por todos os falantes, qualquer alteração no sistema linguístico criaria um novo. Exclui todo tipo de criação individual e o sistema deve ser aceito pelo indivíduo como lhe é apresentado. A palavra e o sentido não têm vínculo natural, só arbitrário. Seu maior representante é F. Saussure (1857-1913), que além das ideias expostas, apresenta uma diferença entre a fala modificável e a língua estruturada, esta externa à consciência individual, na qual o indivíduo que fala apenas faz uso (RIZZO, 2011).

Desse objetivismo se paralela todas as correntes que se voltam a lógica matemática e a semântica formal, assim como a filosofia analítica, que, por exemplo, em seu início, discute pouco o tema ético, tomando como incapazes de tratar desse assunto por considerá-lo composto de enunciados imperativos, e não possíveis de serem analisados como verdadeiros ou falsos. Só após a segunda guerra mundial, passam a analisar esse assunto. Stevenson (1908-1979) tratou da questão em qual seria a importância dos enunciados e juízos éticos na linguagem. Em paralelo com as ideias de Ayer (1910-1989), que apenas considera como enunciados dotados de sentido, os lógicos e as constatações de fatos, concluindo que os princípios propriamente éticos são puros sentimentos, por considerá-los nem lógicos, nem constatações de fatos, sendo puros apelos sentimentais, exortações emocionais (STORIG, 2008) .

Doravante, esse pensamento aproxima-se à concepção kantiana de imperativo categórico, mesmo partindo de um ponto totalmente diverso de Kant, de que não seriam meros convencimentos para fazer ou deixar de fazer algo, mas um apelo como que se houvesse um princípio geral de dever para os homens em que “eu me submeto, faz você o

mesmo” (STORIG, 2008, p.634). No fim, caindo também no subjetivismo, em pura abstração.

2.2.3 Linguagem como interação verbal

A corrente de pensamento que considera a linguagem como interação verbal, representada por Bakhtin (1895-1975), dá importância na compreensão do signo e a partir de sua utilização em cada situação. Para Bakhtin, a língua é uma realidade que muda constantemente e não é separável de seu conteúdo ideológico, portanto não pode ser analisada separadamente, a partir de componentes abstratos, deslocados dos atos de fala, das enunciações (RIZZO, 2011).

Numa mesma visão pragmática, Wittgenstein (1889-1951) entendia seus jogos de linguagem¹, fragmentando e subjetivando a língua ao afirmar que seus significados dependem do contexto em que é falada. Utilizar-se-ia as unidades de sentido que favorecessem ser entendidas pelo público a quem se dirigisse (NASCIMENTO; SANTOS, 2010).

Petry, por exemplo, leva em consideração a compreensão dos jogos de linguagem e até defende uma suposta objetividade no conhecimento moral, porém exclui uma possível formulação de princípios éticos universais, devido a necessidade de fragmentar a linguagem e sua compreensão de acordo com os diferentes jogos:

A questão das proposições morais serem verdadeiras ou falsas, por sua vez, será específica ao uso que se faz dentro de um jogo de linguagem específico. Se as proposições forem valorativas, nosso critério de verdade pode ser correspondencial. Se o jogo de linguagem for composto por imperativos morais, não atribuiremos valores de verdade às regras, mas será preciso justificá-las e é essa concordância entre elas e uma base que possa sustentá-las que as tornará válidas ou não. Ao assumirmos o cognitivismo moral, não precisamos nos comprometer com uma teoria de verdade exclusiva. Levando em consideração as observações de Wittgenstein, cada jogo de linguagem pode ter seus próprios critérios de verdade e a linguagem moral pode ser empregada de diversas formas, sem que perca sua objetividade (PETRY, 2007).

¹ “Se adotamos a noção de jogo de linguagem, o significado não é mais estabelecido pela forma da proposição, nem pelos sentidos de seus componentes, nem por sua relação com fatos, mas pelo uso que fazemos das expressões linguísticas nos diferentes contextos ou situações em que as empregamos.” (MARCONDES, 2007, p.275).

Essas ideias comungam dos ideais do utilitarismo, que é uma corrente de pensamento presente na sociedade atual, ao seguir o princípio de Bentham (1748-1832), Mill (1806-1873), e outros de que a ação correta ou boa é a que traz para todos os afetados pela ação a maior utilidade possível ou o menor dano, o que se precisa evitar é o sofrimento, o desprazer ou a dor (STORIG, 2008). A moral é definida pelo que convém ao grupo.

É, assim, um subjetivismo ou relativismo de caráter social. O materialismo marxista comunga de tais ideias. R. Rorty é um de seus maiores defensores, afirmando não existir verdades absolutas sobre o bem e o mal, tendo o homem somente suas decisões pessoais, contingentes, dependentes da interação, história, cultura, contexto, situação (MARCHIONNI, 2010).

Todas as filosofias que se desenvolveram no século XX, comungam de características propriamente fragmentadas, apesar de exercerem grande influência no pensamento e na educação até os dias de hoje.

3 APRESENTAÇÃO FILOSÓFICA DA LINGUAGEM E DA ÉTICA

Para a compreensão ética que se emana do subjetivismo individualista e das correntes materialistas, do objetivismo abstrato e das correntes lógica-matemáticas e da linguagem como interação verbal e das correntes utilitaristas, e do relativismo que se consolida, é mister afirmar as propriedades fundamentais da linguagem nos seus aspectos comunicativo e social.

E para uma compreensão sólida e objetiva da ética e da moral, também, se faz necessário uma abordagem referente, sempre atualizada por se referir ao homem mesmo, que age e constantemente busca se desenvolver no mundo.

Ambas as realidades se compenetraram na natureza do homem e influem em sua vida social. Compõem a própria sociabilidade propriamente humana, desenvolvida na relação entre os indivíduos e na sua comunicação, formando uma unidade orgânica e eficaz.

3.1 SOBRE A LINGUAGEM

A linguagem se identifica como a capacidade própria da espécie humana de comunicar através de um sistema de signos vocais (DUBOIS, 1978). E nesta comunicação se define a linguagem verbal, a língua, entendida como um sistema de signos determinados social e historicamente; um conjunto de signos com sentido convencionalizado, produzido em vista de uma transmissão visual ou auditiva de imagens e pensamentos (GONÇALVES, 1999).

A comunicação culmina na troca de conhecimentos e no desenvolvimento destes.

Como instrumento primordial da comunicação humana, oral ou escrita, como registro literário ou de expressão crítico-descritiva, a língua apresenta-se como um instrumento fundamental e fundamentador de conhecimento, sistematização e classificação do mundo (GONÇALVES, 1999, p.398).

O conhecimento, por sua vez, é o produto do ato pelo qual um sujeito apreende uma realidade (MORA, 1978). E o conhecimento verdadeiro se dá quando o intelecto e a coisa

se conformam (AQUINO, 2003).² Tendo um conhecimento correto e verdadeiro a comunicação terá como objeto a verdade, e se não, terá o erro e a falsidade.

Portanto, é de suma consideração a natureza humana, como capaz de racionalidade, ou seja, confere especialmente ao homem intelecto e vontade, o que o faz um ser livre, capaz de conhecer e, conseqüentemente, agir. Não obstante também, a objetividade do real deve ser afirmada, algo explicitamente perceptível aos homens de boa vontade, que hodiernamente tocam a própria realidade que lhe é apresentada.

O homem em sociedade desenvolve-se à medida que é cooperado por seus semelhantes, mas, pelo poder da comunicação com o outro, aperfeiçoa sua sociabilidade e melhor entende sua natureza.

O pensamento humano, mesmo pessoal e particular, não consegue se conter em sua interioridade e sempre busca ser exprimido, pela fala ou escrita, de modo que reconhece correspondência aos demais pensares expressos por seus semelhantes. E isso tem por base o relacionamento entre os homens como inerente à natureza humana; enquanto partilham de mesma natureza, são conduzidos a um mesmo fim, e percebem-se seres sociais essencialmente (ARISTÓTELES, 1966).

A linguagem verbal surge por necessidade essencial do homem de se comunicar, de se fazer entender, e isso como comunidade, como relação de homens, tem grande reflexo na formação de um grupo social enquanto partilham de crenças (convencionadas ou não) que os distinguem de outros grupos e, mais importante, permite um futuro desenvolvimento humano como sociedade, como grupo, como um todo único, sendo a constituição de sua identidade e, assim, a identidade de cada um de seus indivíduos, que deve ser transmitida às futuras gerações (SCHUTZ, 1979).

Apesar de declarar difícil uma formulação conceitual satisfatória de aprendizagem, diante dos diferentes sistemas de pensamentos dentro desta área na psicologia, Campos a define como “a mudança do comportamento, por efeito da experiência” (CAMPOS, 1970, p.22). Portanto, destaca-se o aspecto dinâmico do homem em seu agir, somente possível por sua capacidade racional (conhecer e querer) e corporal (ação). É importante o entendimento de que o aprender se adquire pelo agir e orienta as ações.

O aprendizado se intensifica quando é orientado e sistematizado, de modo que a língua exerce seu papel comunicador, como, por exemplo, no ambiente escolar (CAMPOS,

² Verdade é a adequação entre coisa e intelecto.

1970).³ O que é ensinado e assimilado reflete na visão de mundo e nas ações, em outras palavras, a linguagem que expressa determinado pensamento, principalmente na escola, passa a ser formadora da consciência social.

3.2 SOBRE A ÉTICA

Até a idade média, a ética/moral era compreendida a partir das concepções aristotélicas desenvolvidas até então; ética e moral foram tomadas como sinônimos até o advento do iluminismo moderno, no qual passaram a ser entendidas separadamente: a ética como um modo de pensar e agir a fim de habituar a este mundo e a moral como valores legados da tradição (CAMPOS, 1970).

Seguindo uma distinção dos termos, considera-se ética, por uma definição clássica, a ciência que dirige os atos humanos para o bem honesto segundo as supremas regras da razão (DI NAPOLI, 1966). A ética designa à disciplina filosófica que “investiga o que é a moral, como ela se fundamenta e se aplica”, e a moral, por sua vez, compreende o “conjunto de normas que orientam o comportamento humano” de acordo com os valores dos diferentes grupos humanos e suas culturas (COTRIM; FERNANDES, 2010, p.291).

É preciso afirmar determinados pressupostos para uma boa compreensão desses conceitos, e uma adequada aplicação ética à moralidade. A finalidade, por exemplo, é própria de todas as coisas. A noção de fim, portanto, “confunde-se com a de bem, pois nada atrai a não ser enquanto bem” (AQUINO, 2003, p.82). Se faz mister entender que tudo é bom, seja enquanto ente, seja enquanto ação, apenas por ser e existir, e liga-se à aquisição de uma perfeição, assim, é atrativo por si próprio e é termo da atração, ou seja, fim de todos os seres e ações dos seres.

Há uma hierarquia dos seres e, conseqüentemente, dos bens; uma pedra é um bem inferior a um animal, que é inferior ao homem, que é inferior aos anjos, que o são a Deus. O homem que comunica e age, deve o ser de modo que se desenvolva dentro das suas potencialidades e oriente sua comunicação e ação para sua perfeição.

O bem ao qual se voltam as ações humanas deve ser o bem honesto⁴, o bem que favoreça a realização humana de sua natureza, que respeite a própria humanidade do

³ “A aprendizagem é um processo tão importante para o sucesso da sobrevivência do homem que foram organizados meios educacionais e escolas para tornarem a aprendizagem mais eficiente” (CAMPOS, 1970, p.15).

homem e que o leve à felicidade. O bem honesto é o bem tratado no seu valor moral, enquanto provém da liberdade humana, é uma realização e atualização do ser⁵, bom em si e por si e que não é limitado por fins utilitários ou hedonistas, que buscam bens que se encerram em si mesmos (MARITAIN, 1977).

O mal se opõe ao bem, é tudo aquilo que falta à perfeição do ser, é ausência de bem, daquilo que deveria ser. O mal moral supõe um sujeito que em si mesmo é bom e ordenado ao bem, porém, que utiliza de suas potencialidades volitivas (liberdade) para ir contra a inclinação de sua natureza à perfeição que lhe é própria, à sua realização.

Considera-se, então, que todo ato visa a um bem (CABRAL, et al., 1999)⁶, e se há diferentes atos, haverá diferentes bens e uns mais excelentes que outros; os atos dos quais têm fins para além de si mesmos, são mais excelentes do que aqueles que o fim se encerra no ato mesmo.⁷ Considerando cada fim um bem, tem de se considerar que há um bem supremo a partir do qual se mede os demais bens. Este bem supremo é a felicidade (FONSECA, 2015)⁸, entendida como o fim último de toda ação humana.

Na concepção aristotélica, felicidade comum está compreendida no âmbito da política, que agrega os fins das ciências práticas e define leis do que fazer ou abster, abrangendo todos os objetivos das ações humanas (FONSECA, 2015). O homem é um ser social por própria natureza (ARISTÓTELES, 1966), um ser político que coincide seu fim individual, a felicidade, ao fim do Estado. A ação livre do homem deve se adequar à sua sociabilidade.

A felicidade como emanada da ação humana, ou seja, de uma ação racional, deve ser compreendida como uma frequência de bons atos em toda a vida: a virtude, para Aristóteles (FONSECA, 2015). E as regras morais devem conservar tal orientação para a perfeição humana, para a realização de sua própria natureza.

É próprio da sociedade formar leis para um bom convívio entre os indivíduos, estas mais ou menos universais, porém distingue-se propriamente uma lei humana universal que

⁴ Bem substancial. O bem é dividido em bem útil (como meio para um fim), deleitável (posse que repercute nas potências afetivas) e honesto (é desejado por si mesmo num ato livre, substancialmente bom; por exemplo: salvar outrem com risco de vida).

⁵ Que é bom ontologicamente.

⁶ O Bem, na concepção platônica-aristotélica, é aquilo a que todos os seres são atraídos, consiste na atualização de suas potencialidades inscritas na natureza desses mesmos seres. O Bem consiste na coincidência do que é com o que deve ser: no homem é a atualização de suas capacidades, e, dentre elas, a racional.

⁷ Por exemplo, a medicina que visa à saúde é mais excelente que a visão que se encerra em si mesma.

⁸ *Eudaimonia*, em grego. Apesar de “felicidade” não representar com precisão o entendimento grego da palavra, é conservada em respeito à tradição. Significaria um estado de perfeição que encerra o divino, uma plenitude de vida.

confere base às demais: a Lei moral natural,⁹ que basicamente, confere universalmente limites aos homens para que possam juntos, em sociedade, alcançar a felicidade com seus atos por meio da realização de sua natureza (CABRAL, et al., 1999).

A Lei natural é percebida e extraída a partir da própria experiência do homem e por sua capacidade de autoconsciência e análise em comum; o homem não possui o conhecimento da Lei natural de modo inato, adquire-o pelo ensino e por própria reflexão (CABRAL, et al., 1999). São regras não provindas de contextos particulares, porém da realidade humana, em sua relação consigo e com o meio, o homem chegará a perceber a necessidade de ser benevolente e justo (FRANKENA, 1969). Benevolência e justiça que implica ao homem ser (constante), mais do que um simples fazer (momentâneo).

Diferente do que muitos creem, a Lei moral natural não é uma invenção cristã, muitos filósofos antigos já a haviam percebido. Os poetas antigos, Homero (séc. IX-VIII a.C.), por exemplo, ao apresentar uma lei divina e humana e a necessidade dos homens de praticarem a justiça já houvera percebido tal Lei. Também Demócrito (séc. V-IV a.C.) ao considerar a paz como fruto do cumprimento das leis, uma interiorização das regras morais. Platão (427-347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.), que já apontam para as leis a partir do intelecto. O direito romano já explicitava a Lei natural, em Cícero (106-43 a.C.) como uma lei não escrita, mas uma lei nata. Sêneca (4 a.C.-65), com a bondade condicionada à conformação com a natureza. Até chegar no pensamento cristão que, de fato, a desenvolveu e melhor entendeu, além do desenvolvimento posterior (PIZZORNI, 1985).

As normas ditadas pela natureza humana estão orientadas em conservar no homem a sua própria humanidade, deve ele “ser pessoal racional, psicossomático, social, etc.” (CABRAL, et al., 1999, p.286). Um primeiro princípio nesse sentido é: “faça o bem, não faça o mal” (DI NAPOLI, 1966, p.213).

As diferenças entre os homens não impedem que sejam todos homens, de corpo e alma espiritual¹⁰, nesse sentido podemos falar de natureza humana, e natureza humana que

⁹ Na divisão das leis ético-jurídicas tem-se a lei natural e a lei positiva, esta é feita pelo homem em sociedade e aquela é própria da natureza humana.

¹⁰ Em Aristóteles, alma é o princípio de vida (entendida como movimento); a alma é a forma do corpo enquanto constitui o conjunto de possíveis operações do corpo (por exemplo, se o olho fosse um animal, a visão seria sua alma); a alma é classificada, ainda, a partir da função que exerce: vegetativa, animal e humana; no caso da alma humana o modo de operação principal é racional, que a distingue de outras, não significando que não haja nessa alma outras operações, como nutrição (principal função da alma vegetativa), sensitiva, imaginativa e apetitiva (próprias da alma animal); essa operação própria da alma humana é

dita regras para a ação. E a liberdade também está contida nessa natureza, daqui se pode falar de Direito natural, paralelo ou, muitas vezes, sinônimo de Lei natural (MORA, 1971).

Em suma, os atos humanos, a respeito da moralidade, se oriunda como um conjunto de fins culturalmente definidos e sob um conjunto de regras a orientar a realização desses fins (FRANKENA, 1969). Assim, esses fins são bens que devem estar orientados para o Sumo Bem, a felicidade, e essas regras devem estar submissas à Lei moral natural, por terem a sua própria fundamentação e derivação na natureza humana.

denominada espiritual por seu aspecto transcendente, devido essa “parte” pensante da alma no qual pode chamar-se *pneuma* (grego) – *spiritus* (latim).

4 ANÁLISE DAS FILOSOFIAS MORAIS ATUAIS

Como já afirmado, tem-se atualmente várias éticas que determinam o valor dos atos humanos, porém, se originam de correntes filosóficas particulares, que não preservam uma herança de pensamento unitivo-racional-universal de acordo com o *ser* homem. Segundo suas concepções, aplicam um imperativo ético, por uma linguagem própria que influencia no conhecimento social da própria natureza humana.

A noção de bem, por exemplo, entendida fora do seu âmbito honesto, perverte todo o desenvolvimento de uma filosofia moral. Desconsidera a especial e específica capacidade do homem de racionalidade, que deveria inclinar-se à perfeição de sua natureza social. Esse mau entendimento resulta no ensino corrompido, no qual a compreensão de bem segue os ideais da filosofia A, ou da filosofia B, tomadas, particularmente, como absolutas.

4.1 SUBJETIVISMO INDIVIDUALISTA, MATERIALISMO E RELATIVISMO

Da ética provinda desse subjetivismo e das correntes filosóficas correspondentes, desconsideram a existência de um fim único da humanidade. Os homens em suas particularidades desenvolveriam a sua própria lei moral (MARCHIONNI, 2010).

Isso, porém, gera um anarquismo social sem limites, exaltando um egocentrismo humano, em que o que está em jogo é o bem particular. Ignoram a compreensão da natureza humana e do bem, como apresentados anteriormente.

Desconsiderando que o psiquismo individual não surge ou se desenvolve por si, mas fundamentalmente pelas condições sociais. A autoridade individual provinda da liberdade, não pode se auto preponderar sobre o harmônico ambiente social de que necessita essencialmente, mas, pelo contrário, deve favorecê-lo.

Mesmo pela diferença psicológica entre os indivíduos, é perceptível traços em comum que os unem e que os fazem se agregar e se auto auxiliar. Disto se desenvolvem cultural, linguística, intelectual e livremente.

Por isso, defender tal corrente de pensamento é defender uma autodestruição social, irracional. Um ataque mortal a um organismo (social) provindo de seus próprios órgãos.

4.2 OBJETIVISMO ABSTRATO E LÓGICA MATEMÁTICA

Um pensamento matemático absoluto é incapaz de entender a realidade humana na sua dinamicidade, possibilitada pela capacidade racional e criativa do homem de relacionar conhecimentos e produzir obras narrativas e poéticas, produzir belas artes, a produção não útil que o homem realiza por sua própria necessidade transcendente (JOLIVET, 1975). A própria contextualização dos princípios éticos fica corrompida com tal corrente.

Ao separar língua e fala, aquela ficaria inconsistente pelo ser humano não conseguir se expressar vocalmente sempre de modo perfeito, através de uma estrutura imutável, há a subjetividade própria do grupo social comunicante. A língua como sistema isolado e separado do homem se separa, conseqüentemente, da propriedade fundamental da linguagem que é ser humana. A língua não seria mais o fundamento unitivo da compreensão dos interlocutores, mas uma ditadora ignorada pela massa falante, por ser puramente abstrata e não aplicável.

E as objeções dos filósofos analíticos desconsideram a objetividade dos princípios éticos fundados na realidade da natureza humana que, por si mesma, emana regras. São princípios lógicos, se partir do seu fundamento essencial, e se constatam por serem fatos dos seres humanos, por terem natureza humana; claro que são evidências assimiladas a partir de um longo tempo de análise e reflexão dos atos humanos, em uma geração, por exemplo, não se pode tirar conclusões universais, por isso é necessário uma base perene de orientação ética, o que a maioria das correntes filosóficas hoje rejeitam.

Destarte, “não só a palavra nos permite falar de tudo, mas também achar a explicação de tudo” (MONDIN, 1980, p.142): dos problemas objetivos, mas também dos subjetivos que compõe a realidade humana de relação, dos problemas do subconsciente e da sociedade, do conhecimento e do ser, da arte e da cultura, da política, da história, da religião, dentre tantas outras realidades. Mesmo os homens tendo uma estrutura lógica igual, a língua deve permitir a variação necessária para uma correta comunicação e transmissão da ética que se aplica a essas diferentes realidades aos diferentes grupos, de modo que preserve seu valor de compreensão única ou essencial.

4.3 INTERAÇÃO VERBAL, UTILITARISMO E RELATIVISMO SOCIAL

A consequência dessas ideias foi colocar a decisão da compreensão da linguagem e da ética no consenso social, ou no costume social. Uma concepção democrática que culmina na abdicação de uma prévia compreensão da real finalidade dos homens e de direitos naturais provindos da natureza humana.

O que um grupo social determina como certo e errado, bom e mau, justo e injusto, nem sempre é condizente com a realidade transcendente que une todos os homens, sua natureza, e possibilita pleno desenvolvimento.

Na sociedade que prega a igualdade de todos, não se pode afirmar que nem todos são sábios, ou nasceram para a ciência, logo, abandona-se o discurso dialético e se aceita somente o retórico, compreendido por todos, porque toca o sentimental e parece ter uma compreensão imediata; o homem abandona sua natureza, sua racionalidade.

Dessa concepção, surge as manipulações ideológicas das massas. Uma vez que não tem mais verdades absolutas, justifica-se todas as ideias, boas ou más, com o relativismo: se não se pode conhecer com certeza, decide-se nada conhecer e em tudo crer. As leis positivas perdem autoridade e, ainda mais, a Lei natural não tem lugar.

A ideia ética apresentada de modo convincente, a que foi melhor compreendida por todos, é a que se torna lei do grupo, mas que não se torna absoluta, podendo ser alterada de acordo com as circunstâncias sociais.

Essa corrente é paralela à concepção do subjetivismo individualista, ambas se localizam no relativismo da linguagem e da ética.

5 APELO À REORDENAÇÃO DA MORALIDADE

Atualmente há diversos problemas morais e diversas possíveis soluções, de acordo com cada corrente de pensamento. O que gera um espírito de revolta diante de alguns atos, até comuns, na sociedade, e, também, um conformismo para com tal realidade social.

É importante realçar dois fatos que exercem grande influência no estado social atual: a massa e os “maus profissionais da cultura” (PONDÉ, 2012, p.215). A compreensão de massa, socialmente, de acordo com Jolivet (1975, p.139), é um “considerável número de indivíduos, submetidos à psicologia das multidões”, revelando, assim, que não se trata de pessoas, mas de um grupo indefinido, que age e pensa segundo uma psicologia comum, muitas vezes irrefletida e manipulada pelas ideologias.

Os intelectuais que constantemente expõem suas ideias pelos meios de comunicação, paulatinamente, formam a consciência geral. Esses meios comunicativos de abrangência da massa são muito utilizados pelos maus “mentores da nação” (MARCHIONNI, 2010, p.280), que carregam princípios filosóficos dessas correntes apresentadas anteriormente e faz com que a identidade cultural da nação se perverta e o própria educação transmita tais erros como certos absolutamente.

O Estado deve guardar uma fiel identidade da nação, correspondente à realização das pessoas que o compõe. “Era convicção da sabedoria romana que construir uma nação significa dar aos homens costumes e muros” (MARCHIONNI, 2010, p.281), ou seja, dar moral e proteção, elementos fundamentais para alcançar a finalidade humana: a felicidade.

Os intelectuais, por sua vez, que abarcam uma filosofia perene que se identifica com a natureza racional do homem e busca o bem honesto, devem se inserir nos meios de comunicação, instigando a racionalidade das pessoas e desvelando as contradições presentes nas concepções ideológicas errôneas já impostas e o mal que elas causaram e causam na sociedade e para o homem.

6 CONCLUSÃO

A partir do contexto contemporâneo, surge a filosofia da linguagem que, com os ideais de diversas correntes filosóficas, ao ser entendida, ajuda à compreensão do atual estado moral em que a sociedade como um todo se revela.

A linguagem é relativizada ou abstratizada ao extremo, o que dificulta a compreensão e o ensino ético das pessoas; a formação moral, em um todo, desde o subjetivismo moderno e a fragmentariedade contemporânea, está sendo prejudicada, em vista de fins irracionais de ideologias. A objetivação e a aplicabilidade de princípios universais ficam, assim, comprometidos.

Os princípios éticos que têm sua objetivação e aplicabilidade segundo a natureza humana sofrem uma alteração, e cada filosofia que surge apresenta sua interpretação à moralidade. A educação, desse modo, que sofre influências de diversas ideias, forma uma consciência social que, muitas vezes, fere o próprio *ser* humano, e a humanidade se auto destrói.

Surge uma modificação linguística e uma relativização das interpretações outrora universais, promovida, principalmente, por ideologias disseminadas pelos meios de comunicação encabeçados por intelectuais muitas vezes “mau caráter” (PONDÉ, 2012, p.215).

A presença dos intelectuais e de pessoas de boa intenção e virtuosos nos meios de comunicação e nos governos das nações é de suma importância, pois favorecerão a busca pela verdade, racional e objetiva, e a fiel correspondência e entendimento da natureza humana, tão necessária ao escopo do Bem comum.

Por fim, é compreensível que o problema moral que envolve a sociedade tem suas fundamentações na opção de corrente filosófica tomada pelos formadores da consciência geral e se faz necessário instigar as pessoas a usarem sua racionalidade e, assim, terem atitudes correspondentes ao que lhes compete essencialmente, compreendendo as elucidações objetivas da ética clássica.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, T. **Suma Teológica**. 2. ed. Vol.1. São Paulo: Loyola, 2003.
- ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Hemus, 1966.
- BRAGA, P. **A Linguagem em Nietzsche: as Palavras e os Pensamentos**. São Paulo: USP, 2003. Disponível em: <www.gen.fflch.usp.br/numeros/1120/14>. Acesso em: 16 maio 2018.
- CABRAL, R. et. al. **Logos: Enciclopédia Luso-brasileira de filosofia**. Vol. 1 e 3. Lisboa: Verbo, 1999.
- CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da aprendizagem**. Petrópolis: Editora Vozes, 1970.
- COTRIM, G.; FERNANDES, M. **Fundamentos de Filosofia**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DI NAPOLI, J. **Manuale philosophiae**. 4. ed. Vol. 3. Torino: Marietti, 1966.
- DUBOIS, J. et. al. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FONSECA, C. M. **A ética de Aristóteles: textos selecionados**. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2015.
- FRANKENA, W. K. **Ética**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- JOLIVET, R. **Vocabulário de filosofia**. Rio de Janeiro: Agir, 1975.
- MARCHIONNI, A. **Ética: a arte do bom**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 13. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- MARITAIN, J. **Problemas fundamentais da filosofia moral**. Rio de Janeiro: Agir, 1977.
- MONDIN, B. O problema da linguagem (homo loquens). In: _____. **O homem, quem é ele?: elementos de antropologia filosófica**. São Paulo: Paulinas, 1980.
- MORA, J. F. **Diccionario de filosofia**. 5.ed. Vol. 1. Buenos Aires: Editorial sudamericana, 1971.
- MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.
- NASCIMENTO, M. E. F.; SANTOS, I. **Bakhtin e Wittgenstein: teorias em diálogo**. Theoria: Revista eletrônica de filosofia, v. 2, n. 3, p. 76-85, 2010. Disponível em: <www.theoria.com.br/?p=37>. Acesso em: 23 maio 2018.
- OLIVEIRA, M. A. **A filosofia na crise da modernidade**. São Paulo: Loyola, 1989.

PETRY, F. B. **Sobre a possibilidade do cognitivismo moral nas investigações filosóficas de Wittgenstein.** Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90320>>. Acesso em: 16 maio 2018.

PIZZORNI, R. M. **Il diritto naturale dalle origini a S. tommaso d'Aquino.** 2.ed. Roma: Città Nuova, 1985.

PONDÉ, L. F. **Guia politicamente incorreto da filosofia.** São Paulo: Leya, 2012.

RIZZO, J. S. M. **Concepções de linguagem em “Marxismo e filosofia da linguagem”.** Revista pró-discente: UFES, Vitória, v. 17, n. 1, p. 62-71, jan./jun. 2011. Disponível em: <periodicos.ufes.br/PRODISCENTE/article/view/5789>. Acesso em: 16 maio 2018.

SCHUTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

STÖRIG, H. J. **Historia geral da filosofia.** Petrópolis: Vozes, 2008.